

EDITAL DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº. 001/2026-ADM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1029/2026-ADM

DATA DE ABERTURA: 03/02/2026. HORÁRIO: 09h00m

ÂMBITO REGIONAL

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2014, COM SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES E DECRETO MUNICIPAL Nº 233/2025.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até as 08h59min. do dia 03/02/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO: 03/02/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 03/02/2026, às 09h15min.

PLATAFORMA VIRTUAL: <https://www.licitanet.com.br/>.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Obs.: Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

O MUNICÍPIO DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014 com suas posteriores alterações, Decreto Municipal nº. 233/2025 e exigências estabelecidas neste Edital.

Este pregão será conduzido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro **Kauan Batista Marins**, com o apoio da respectiva Equipe de Apoio, que irá participar e auxiliar na análise, discussão e deliberação das decisões e atos praticados nesse processo.

Na hipótese de não haver expediente ou ocorrer qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública, a critério exclusivo do município de Cariri do Tocantins, através do Setor de Licitação, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação/Pregoeiro em contrário.

São atribuições do Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela equipe responsável pela elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber,

examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS DIVERSOS, INCLUINDO SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, CONFEÇÃO E ACABAMENTO, DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS E OS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.**

1.2. A licitação será realizada por item, conforme tabela constante no Termo de Referência, em anexo.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao(s) órgão(s) gerenciador(es) e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Cariri do Tocantins – TO, conforme abaixo:

3.1.1. Das dotações por órgãos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI

0303.0012.04.122.0012.2003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO - SAPG. Natureza de despesa: 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. Fonte: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.0003.20.606.0186.2151 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL - SIR. Natureza de despesa: 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. Fonte: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.0011.04.122.0012.2002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO - GABIN. Natureza de despesa: 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. Fonte: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.2052.15.451.0147.2052 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA,

HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SINFHMA. Natureza de despesa: 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. Fonte: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.0021.20.122.0152.2005 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SAP. Natureza de despesa: 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. Fonte: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.0028.18.541.0149.2167 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E TURISMO. 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. Fonte: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.0029.04.122.0012.2165 – MANUTENÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE. 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. Fonte: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.0030.04.122.0012.2166 – MANUTENÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER E CIDADANIA. 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. Fonte: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02.02.0150.10.301.0025.2025 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS. FONTE: 15001002000000 – ASPS.

02.02.0150.10.301.0025.2024 – MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS. Fontes: 15001002000000 – ASPS. 16000000000000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL – CUSTEIO.

02.02.0150.10.301.0025.2043 – MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA UNIDADE PRISIONAL. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS. FONTE: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL – CUSTEIO.

02.02.0150.10.301.0025.2147 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS. FONTES: 15001002000000 – ASPS. 16000000000000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL – CUSTEIO.



02.02.0150.10.303.0025.2097 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.63 – SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. FONTES: 15001002000000 – ASPS. 16000000000000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL – CUSTEIO.

02.02.0150.10.305.0025.2095 – REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.63 – SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. FONTES: 15001002000000 – ASPS. 16000000000000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL – CUSTEIO.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0505.0023.12.122.0145.2029, MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - NATUREZA DE DESPESA, 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. FONTE DE RECURSOS--15001001000000, MDE.

0505.0023.12.362.0145.2032, MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - NATUREZA DE DESPESA, 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. FONTE DE RECURSOS--15001001000000, MDE.

0505.0023.12.365.0185.2134, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRIMEIRA INFANCIA - NATUREZA DE DESPESA, 3.3.90.39.63 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. Elemento de despesa: 3.3.900.39.63– SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS. FONTE DE RECURSOS-15001001000000, MDE.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

0004.0140.08.122.0144.2020 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO | FONTE DE RECURSOS: 1.500.000000000000 – RECURSO PRÓPRIO.

0004.0140.08.122.0144.2163 – GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO | NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO | FONTE DE RECURSOS: 1.660.000000000000 – TRANSFERÊNCIAS DO FNAS E 1.500.000000000000 – RECURSO PRÓPRIO.

0004.0140.08.122.0144.2125 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO | FONTE DE RECURSOS: 1.500.000000000000 – RECURSO PRÓPRIO.

0004.0140.08.245.0144.2084 – GESTÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO | FONTE DE RECURSOS: 1.660.000000000000 – TRANSFERÊNCIAS DO FNAS, 1.500.000000000000 – RECURSO PRÓPRIO E 1.669.311000000000 – OUTROS RECURSOS VINCULADOS.



0004.0140.08.245.0144.2091 – GESTÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO | FONTE DE RECURSOS: 1.660.0000000000000 – TRANSFERÊNCIAS DO FNAS E 1.500.0000000000000 – RECURSO PRÓPRIO.

3.2. Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada as existentes desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular na plataforma virtual LICITANET, observando as determinações abaixo.

4.1.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, observado a regionalização;

4.1.2. A presente contratação será realizada de forma regionalizada no âmbito regional, considerando que a região dispõe de diversas empresas atuantes no ramo pertinente ao objeto.

4.1.3. A adoção da regionalização visa prestigiar o fortalecimento da economia regional, assegurar maior eficiência na execução contratual, reduzir custos logísticos e fomentar a geração de emprego e renda, em consonância com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência e da economicidade.

4.1.4. A regionalização prevista neste Edital consiste na participação de empresas sediadas na região de Cariri do Tocantins/TO, nos termos do disposto no inciso II, § 2º, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 233/2025, de 27 de março de 2025.

4.1.5. Será aplicado o tratamento diferenciado e favorecido as MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS, com amparo jurídico na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais normas correlatas.

4.1.6. Nos termos do inciso II, § 2º, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 233/2025, considera-se âmbito regional: região metropolitana de Gurupi, instituída pela Lei Complementar nº 93, de 03 de abril de 2014, integrada pelos Municípios de Gurupi, Aliança do Tocantins, Figueirópolis, Dueré, Lagoa da Confusão, Crixás do Tocantins, Cariri do Tocantins, Sucupira, Peixe, Jaú do Tocantins, São Valério da Natividade, Alvorada, Palmeirópolis, Araguaçu, Sandolândia, Formoso do Araguaia, Talismã e São Salvador do Tocantins.

4.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação

vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, da Lei nº. 14.133, de 2021;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

5.4. Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es), nos termos do art. 63, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.

5.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparadas, deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

5.8. A proposta final e os documentos de habilitação do(s) licitante(s) melhor classificado(s) somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e o envio dos documentos respectivamente.

5.9. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.9.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, que conhece e cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

5.9.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de

declarar ocorrências posteriores;

5.9.3. que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços;

5.9.4. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.9.5. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.9.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

5.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021.

5.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021.

5.12. Nos itens exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.13. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas.

5.14. As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, sediadas no município ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face das peculiaridades municipais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social.

5.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Modelo de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do(s) item(ns), contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do item no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas os dados contidos na proposta vinculam a contratada.

6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, poderão ser desconsiderados, desde que o licitante justifique e o Agente de Contratação/Pregoeiro aceite, podendo ser realizado até a solicitação dos documentos de habilitação. Após a solicitação dos documentos de habilitação, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de sua apresentação, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Será desclassificada a proposta que:

7.2.1. conter vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço inexecutável ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

7.2.6. que identifique o licitante.

7.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do(s) item(ns), poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do item ou da área técnica especializada no(s) item(ns).

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta inicial não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

7.6. O Agente de Contratação/Pregoeiro analisará previamente as propostas iniciais em relação ao subitem 7.2., no que couber. Após a análise, o sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e os licitantes.

7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.8.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.10. Os licitantes somente poderão oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$: 0,02 (dois) centavos**, no tempo mínimo de 01 (um) segundo.

7.12. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO".

7.13.1. MODO DE DISPUTA ABERTO:

7.13.1.1. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.1.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.13.1.3. Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.13.1.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes do certame, publicada na plataforma virtual Licitanet (<https://licitanet.com.br/>), com data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas no mínimo 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006.

7.21. Havendo proposta ou lances, conforme o caso, de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, com intervalo de até 10% (dez por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos § 3º, do Art. 48, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

7.21.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas sediadas local ou regionalmente.

7.22. Não havendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 05% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos dos subitens 7.21 ou do 7.22 quando não havendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, as propostas serão reclassificadas para verificação do enquadramento nos subitens 7.21 ou do 7.22, quando não havendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021, na seguinte ordem:

7.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos em Lei;

7.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.29. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.1.1. Empresas brasileiras;

7.29.1.2. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.1.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação/Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro recusar a proposta, por qualquer motivo que seja, e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.31.2. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.31.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.32. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.33. O licitante vencedor será convocado para apresentar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da planilha de custos e formação de preços se for o caso, e dos documentos de comprovação, em formato digital, preferencialmente em PDF para compor a sequência dos autos digitais, devendo ser anexados na plataforma de disputa no prazo máximo de 02 (duas) horas contados da solicitação do agente de contratação/pregoeiro, responsável pela condução do certame.

7.34. Os documentos de habilitação poderão ser exigidos concomitantemente com os descritos no subitem 7.33., a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro.

8. DA INEXEQUIBILIDADE

8.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade as propostas com desconto superior a 30,0000% (trinta por cento) do valor orçado pela Administração.

FÓRMULA:

VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO – 30,0000% (trinta por cento)

EX.:

ORÇADO DA ADMINISTRAÇÃO	– 30,0000% (trinta por cento)	= X
R\$ 1.000,00 (um mil reais)	– 30,0000% (trinta por cento)	= R\$ 700,00 (setecentos reais)

Conforme o exemplo:

- Os licitantes deverão encaminhar a planilha de custos e formação de preços para as propostas com valores inferiores a R\$ 700,00 (setecentos reais), acompanhada de sua comprovação no momento solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

- Os licitantes estarão dispensados de apresentar a planilha de custos e formação de preços para as propostas com valores entre R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil

reais).

8.1.1. A planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação deverão ser encaminhados junto com a Proposta Realinhada, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados a partir da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (podendo ser solicitados concomitante com os documentos de habilitação).

8.1.2. A planilha de custos e formação de preços deverá conter, no mínimo, as seguintes informações;

8.1.2.1. Item, especificação, quantidade, unidade;

8.1.2.2. Custo unitário do item;

8.1.2.3. Custo total do item;

8.1.2.4. Margem de Lucro;

8.1.2.5. Preço Final;

8.1.3. Para comprovação de preços da planilha de custos e formação de preços, os licitantes deverão encaminhar documentos que comprovem a viabilidade dos preços apresentados, tais como notas fiscais e/ou contratos e/ou faturas e/ou orçamentos e/ou quaisquer outros elementos idôneos que demonstrem a compatibilidade dos valores ofertados com os custos necessários à execução do objeto.

8.1.3.1. A comprovação deverá estar harmonizada com os preços propostos e concatenada com a realidade de mercado.

8.1.4. Caso o licitante envie notas fiscais e/ou contratos para comprovar a viabilidade dos preços apresentados, estará dispensado de apresentar planilha de custos e formação de preços.

8.1.5. Em caso da necessidade de esclarecimentos acerca da planilha de custos e formação de preços ou dos documentos de comprovação, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.1.6. A planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação serão solicitados para cada licitante em relação a cada item, conforme o caso, e o seu não envio é motivo de recusa da proposta do licitante naquele item.

8.1.6.1. Caso enviado os documentos e não comprovado a exequibilidade, será recusada a proposta do licitante daquele item.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (podendo ser solicitada concomitantemente com os documentos de habilitação, com a planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação, conforme o caso) no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da ata e do contrato, observando a aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços da proposta final e os registrados em sistema, será realizado diligência para a correção.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. Em caso de não aceitação da proposta de item(ns) ou lote(s) de item(ns), seja por não comprovação da exequibilidade, ou por qualquer outro motivo que implique alteração da proposta final, o licitante deverá, no mesmo prazo estabelecido no subitem 9.1, após solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro, proceder à assinatura da proposta final diretamente na plataforma virtual Licitanet.

9.6.1. Em caso de dúvidas quanto a proposta final da plataforma virtual Licitanet, as licitantes deverão contatar o suporte técnico da plataforma.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao(s) item(ns) e à compatibilidade do(s) preço(s) em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.1.1. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

10.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, e a ocorrência será registrada em ata.

10.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Agente de Contratação/Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar para aquele item apresente amostra, no local a ser indicado e dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da

solicitação.

10.4.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.4.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.4.3. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, ou analisado a(s) amostra(s) e concluído não atender(em) as especificações do(s) item(ns) descritas neste Edital e seus anexos, a proposta do licitante será recusada no respectivo item.

10.4.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado for recusada por não atender as especificações, o Agente de Contratação/Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.4.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.4.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo máximo de 10 (dez) dias, caso não recolhidas, poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.4.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.5. Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, que poderá ser analisada antes do julgamento das propostas, a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro, visando a celeridade processual, observado os dispostos neste Edital.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1. Os licitantes deverão possuir cadastro na plataforma virtual Licitanet.

11.2. O licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação, bem como as declarações, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro (podendo ser solicitados concomitantemente com a proposta realinhada, com a planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação, conforme o caso), sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. A critério do agente de contratação/pregoeiro, como forma de celeridade processual, poderá os documentos de habilitação ser analisados preliminarmente ao julgamento das propostas.

11.3. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA NOS SEGUINTE CADASTROS:

11.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

11.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.3.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>).

11.3.4. As consultas mencionadas acima poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.4. As consultas aos cadastros serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.4.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação/Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos anexados na plataforma virtual Licitanet, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, bem como as declarações.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização.

11.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação nos termos abaixo, seja por não apresentar os documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.12. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.13. Após encerrado o prazo de envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligências, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação, para:

11.13.1. Complementação/comprovação de informações acerca dos documentos já apresentados.

11.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado.

11.15. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, **nomeados conforme o seu conteúdo**, afim de facilitar a análise, **sendo desaconselhado o envio de documentos não exigidos**, de modo a não ocasionar dificuldades, atrasos ou prejuízos na análise da documentação de habilitação.

12. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1. A habilitação jurídica será comprovada pelos seguintes documentos:

12.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764, de 1971;

12.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como de cópia do RG ou CNH (cópia ou digital) do(s) proprietário(s) e/ou administrador(es);

12.3. O não envio do documento de habilitação jurídica é motivo de inabilitação e não poderá ser diligenciado, salvo se realizado o encaminhamento da habilitação jurídica faltando as alterações ou a consolidação respectiva, ou o documento pessoal do(s) proprietário(s) e/ou administrador(es).

12.3.1. No caso acima, poderá ser realizada diligência, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação.

13. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada pelos seguintes documentos:

13.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ao qual o documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão.

13.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº. 1.751, de 02/10/2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

13.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.1.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, junto ao Estado sede da empresa licitante.

13.1.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, da sede da empresa licitante;

13.2. O não envio das certidões acima, ou envio de certidões positivas, ou ainda certidões vencidas na data da abertura das propostas é motivo de inabilitação da empresa, salvo previsto no subitem 11.8..

13.3. Poderá ser realizado diligência caso não enviado a Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ou envio com data de expedição superior a 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão.

13.3.1. No caso acima, poderá ser realizado diligência, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação, podendo o Agente de Contratação/Pregoeiro consultar eletronicamente.

14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada pelos seguintes documentos:

14.1.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

14.1.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, dispensada a apresentação se a empresa for MEI;

14.1.2.1. A licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo simples nacional poderá substituir o balanço patrimonial pelo Extrato do Simples Nacional do mês de apuração antecessor ao mês anterior da data de abertura do certame (mês de abertura do certame – 2 meses);

14.1.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis serão substituídos pelo balanço de abertura;

14.1.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº. 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

14.1.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada através da apresentação de declaração, emitida e assinada por contador devidamente habilitado, **devendo ser enviado sua Carteira de Identidade Profissional (cópia ou documento digital)**, de que a empresa obtém de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

14.1.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

14.2. Devido à complexidade dos cálculos, os balanços e as declarações serão submetidos à análise de profissionais habilitados do Município, os quais emitirão parecer técnico ao término da avaliação.

14.3. Será verificado a compatibilidade do valor vencido pelo licitante com seu faturamento anual, independentemente do porte da empresa.

14.4. A declaração citada no subitem 14.1.3. será facultada desde que constantes nos respectivos balanços, ficando facultado também o envio da Carteira de Identidade Profissional (cópia ou documento digital).

14.5. O não envio da Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou encaminhada constando processos de Falência ou Recuperação Judicial, ou ainda, enviada a certidão vencida na data da abertura das propostas é motivo de inabilitação.

14.6. Não será passível de diligências o não encaminhamento dos documentos de qualificação econômico-financeira.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. A qualificação técnica será comprovada pelos seguintes documentos:

15.1.1. Apresentação de 01 (um) ou mais atestados ou certidões de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços e/ou o fornecimento de itens compatíveis, em características/especificações, quantidades e prazo, com o objeto licitado.

15.1.1.1. Para fins de comprovação da capacidade, admitir-se-á a apresentação de um único atestado ou o somatório de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem experiência compatível com o objeto licitado, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1.2. Deverão, ainda, ser apresentados os documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, quando exigidos, para fins de verificação da autenticidade e validade dos atestados apresentados.

15.1.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, no prazo máximo de 02 (duas) horas, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos tais como notas fiscais, empenhos, etc.

15.1.5. A não compatibilidade entre o atestado/certidão de capacidade técnica e o objeto da licitação implicará a inabilitação técnica do licitante.

15.1.6. Não enviado os documentos de qualificação técnica é motivo de inabilitação técnica do licitante.

16. DECLARAÇÕES

16.1. As declarações exigidas são:

16.1.1. Declarações constantes no item 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, consolidadas ou não, contendo os dados do licitante e os dados do processo licitatório, devidamente assinada.

16.1.2. As declarações acima exigidas poderão ser substituídas por meio da declaração única disponibilizada pelo sistema (LICITANET).

16.2. Não enviadas, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro realizar a consulta pelo sistema (LICITANET).

16.3. Não sendo possível a consulta, poderá ser realizado diligência.

16.3.1. No caso acima, poderá ser realizado diligência, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 2021.

17.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

17.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

17.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.3. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital (ICP-Brasil) e disponibilizada no sistema de registro de preços.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

17.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições



estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

18.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

18.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

18.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº. 11.462/23.

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

18.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

18.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19. DOS RECURSOS

19.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº. 14.133, de 2021.

19.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

19.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou

inabilitação do licitante:

19.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

19.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, sendo permitido em dois momentos.

19.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

19.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº. 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

19.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

19.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

19.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cariri.to.gov.br.

20. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

20.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

20.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

20.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

20.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

20.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a

fase do procedimento licitatório.

20.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma virtual Licitanet, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

21.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

23. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

23.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

23.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.2.1. O Termo de Contrato ou instrumento equivalente será assinado preferencialmente por meio de assinatura digital.

23.2.2. Deverá ser assinado por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

23.2.3. O prazo previsto no subitem 23.2. poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

23.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

23.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;

23.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

23.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art., 137, nas formas prevista em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.

23.4. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

23.4.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

23.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

23.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

23.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

23.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

23.8. A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 23.6.

23.9. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

24. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

24.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral são as estabelecidas no Termo de Referência, na Minuta da Ata de Registro de Preços e na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

25. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

25.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

25.2. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133, de 2021.

25.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

25.4. Da entrega e critério de aceitação do objeto:



25.4.1. O prazo para as entregas dos itens/serviços serão aqueles constantes no Termo de Referência em anexo, contados do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO, emitida pela Administração.

25.4.2. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

25.5. As regras acerca do recebimento em sentido geral são as estabelecidas no Termo de Referência, na Minuta da Ata de Registro de Preços e na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

26.1. São obrigações da Contratante:

26.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

26.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

26.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

26.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

26.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Edital e seus anexos;

26.1.6. Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

26.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do futuro Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.2. São obrigações da contratada:

26.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

26.2.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

26.2.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990);

26.2.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital e seus anexos, o objeto com avarias ou defeitos;



26.2.1.4. Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

26.2.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

26.2.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica de pagamento dos processos.

27.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

27.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

27.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

27.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

27.6. Previamente à cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

27.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

27.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

27.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

27.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

27.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

27.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, deverá ser atualizado monetariamente conforme determina a legislação.

27.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário com dolo ou culpa:

28.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

28.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

28.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

28.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

28.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

28.1.2.4. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas;

28.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

28.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

28.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

28.1.5. Fraudar a licitação.

28.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

28.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

28.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

28.1.6.3. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;

28.1.6.4. Abandonar o certame.

28.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

28.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

28.2. A administração, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

28.2.1. Advertência;

28.2.2. Multa;

28.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

28.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

28.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

28.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

28.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

28.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

28.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

28.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

28.5. As demais disposições e procedimentos são as previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº. 14.133/21.

29. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

29.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

29.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA na plataforma virtual: <https://www.licitanet.com.br/>.

29.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada na plataforma virtual Licitanet no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

29.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

29.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

29.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pela proponente.

29.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Todos os documentos deverão ser anexados pelos licitantes na plataforma virtual Licitanet, podendo os prazos para envio descritos neste edital ser prorrogados, desde que devidamente justificado e deferido pelo agente de contratação/pregoeiro.

30.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á o resultado no sistema eletrônico.

30.3. Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica diretamente na plataforma virtual Licitanet, conforme art. 17, § 4º da Lei 14.133, de 2021.

30.4. Todas as comunicações serão formalizadas através da plataforma virtual Licitanet.

30.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.6. Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

30.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.11.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o

vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

30.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

30.13. A Autoridade Superior poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

30.13.1. A anulação do pregão induz à da ata e do contrato.

30.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

30.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, na plataforma virtual <https://www.licitanet.com.br/>, e também poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins, sediada na Avenida Bernardo Sayão, nº. 001, Centro, Cariri do Tocantins, nos dias úteis, no horário das 07h:30m às 13h00m, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30.14.1. O Edital também pode ser solicitado pelo email: cplcariri2024@gmail.com.

31. ANEXOS

31.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

31.1.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

31.1.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR CONSOLIDADO

31.1.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

31.1.3. ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

31.1.3.1. APÊNDICE DO ANEXO III – CADASTRO RESERVA

31.1.4. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

ELTON
MOREIRA
ALVES:8725750
6187
Elton Moreira Alves
Prefeito Municipal

Cariri do Tocantins – TO, 15 de janeiro de 2026.

Assinado de forma
digital por ELTON
MOREIRA
ALVES:87257505187